

Ata nº 68 / XIII / 2.ª SL

Aos vinte e um dias do mês fevereiro de 2017, pelas quinze horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia (OD):

1.ª Parte:

Audição da Senhora Embaixadora de Portugal em Haia, Rosa Batoréu

2ª Parte:

1. Informações Gerais

2. Apreciação do Parecer de assentimento à deslocação do Senhor Presidente da República à República da Croácia de 17 a 19 de maio de 2017 - Projeto de Resolução n.º 668/XIII/2.ª

3. Apreciação e votação do parecer da Proposta de Resolução n.º 43/XIII/2ª - Aprova o Acordo Europeu relativo às Pessoas que intervenham em Processos perante o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, aberto a assinatura em Estrasburgo, em 5 de março de 1996.

- Deputada autora do parecer: Paula Teixeira da Cruz – PSD

4. Apreciação e votação do parecer da Proposta de Resolução n.º 44/XIII/2ª – Aprova o Acordo de Sede entre a República Portuguesa e a Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, assinado em Lisboa, em 4 de outubro de 2016.

- Deputado autor do parecer: Rui Silva – PSD

5. Apreciação e votação do parecer da Proposta de Resolução n.º 45/XIII/2ª – Aprova as Alterações ao Acordo relativo à criação do Fundo Comum para os Produtos de Base, adotadas pelo Conselho de Governadores, em 10 de dezembro de 2014.

- Deputado autor do parecer: Rui Silva – PSD

6. Apreciação e votação do Relatório da COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Modelo de acordo relativo ao estatuto referido no artigo 54.º, n.º 5, do Regulamento (UE) 2016/1624 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de setembro de 2016, relativo à Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira - [COM\(2016\)747](#)

- Deputado Relator: António Ventura – PSD

7. Apreciação e votação da Proposta conjunta de DECISÃO DO CONSELHO - Relativa à celebração, em nome da União Europeia, do Acordo de Parceria Estratégica entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e o Canadá, por outro - [JOIN\(2016\)56](#)

- Deputado Relator: Pedro Filipe Soares – BE

8. Outros Assuntos

1.ª Parte.

Iniciada a sessão, presidida pelo Senhor **Deputado José Cesário (PSD)**, na qualidade de Deputado mais antigo da comissão, começou este por dar as boas vindas a todos os Senhores Deputados e, em especial, à Senhora Embaixadora de Portugal em Haia, Rosa Batoréu, a quem explicou, seguidamente, a metodologia adotada para a Audição, a quem desde logo concedeu a palavra para a sua alocução inicial.

Começou a Senhora **Embaixadora** por agradecer a oportunidade de poder comparecer perante a Comissão, tendo relembrado encontrar-se no cargo há apenas quatro meses, vinda de Bruxelas, sendo que Haia é um posto multilateral, assegurando, por isso, a representação de diversas organizações internacionais.

Aludindo à realidade política holandesa, lembrou a iminência de eleições para a câmara baixa do Parlamento, e a existência de uma grande fragmentação, em certa medida alimentada pela facilidade com que se pode criar um partido político neste país (bastam 350 assinatura e efetivação de depósito no valor de 11.500 euros, quantia que é devolvida, caso haja eleição de um único Deputado. Estão inscrito 28 partidos políticos e crê-se que o próximo governo resulte de uma coligação pós-eleitoral alargada, como tem sido comum desde o século XIX. Existe na Holanda um simulador eletrónico de voto, no qual os cidadãos introduzem dados referentes a políticas públicas que gostariam de ver aplicadas, às quais o sistema responde com a indicação do partido para tal indicado.

O clima económico holandês afastou da agenda política a discussão dos temas económicos. Uma das medidas presentemente em discussão tem a ver com a reforma do sistema de saúde, onde a existência de um serviço nacional deu lugar a um sistema de seguros privados. Existem cerca de 3.7 milhões de estrangeiros a residir no país, o que representa 27% da população total. Outro tema em discussão é o da “produtividade” embora muito sujeita a aproveitamentos de índole mais populista.

A União europeia não é tema de discussão política ou de campanha, até por ser um tema de difícil abordagem, dado o clima de euroceticismo perfilhado por cerca de 40% dos eleitores, entretanto reduzida para metade, na sequência do anúncio do BREXIT, redução que se explica pela interdependência comercial. Relembrou que o volume de negócios com a UE representa 10 mil milhões de euros, o papel central do porto de Roterdão relativamente à Alemanha, e ainda, a catástrofe económica que significaria a imposição de taxas alfandegárias de e para o Reino Unido.

Frisou a importância da NATO para os holandeses, bem como o facto de estes serem, a espaços, os maiores contribuintes líquidos para o orçamento da União, razão que explica a minúcia do escrutínio nos gastos. Dão igualmente muita importância à segurança interna e à questão das fronteiras externas da União.

No domínio económico, verificou-se um crescimento de 2,1% em 2016, prevendo-se que em 2017 possa oscilar entre 1,9 e 2%. Existe quase-pleno emprego com aumento de salários a uma taxa de 2,3% ao ano. O défice é de 0,1% e a dívida situa-se nos 62% do PIB. A Holanda possui uma balança de transações correntes excedentária em 7%, muito próxima da alemã.

No âmbito bilateral, referiu existirem poucas referências a Portugal, na Holanda. Realçou o turismo que aumentou 16% em 2016, sendo Portugal é visto como substituto da Turquia e dos países do norte de África. Por outro lado, têm existido contactos políticos de alto nível. De acordo com o registo oficial holandês existem 18 mil portugueses no país, embora os serviços consulares apontem para 24 mil. Existem 8 associações de portugueses ativas, embora o movimento associativo esteja algo moribundo, dado o cada vez mais frequente recurso às novas tecnologias de comunicação.

Interveio o Senhor **Deputado Carlos Alberto Gonçalves (PSD)** que agradeceu, em seu nome e no do seu grupo parlamentar, a presença da Senhora Embaixadora, tendo realçado a relevância deste tipo de audições. Embora a Europa não seja tema para os holandeses, as migrações são-no, lembrando algumas referências da direita holandesa a uma certa “escumalha marroquina”. Perguntou: como são vistos os cidadãos europeus, e em especial os portugueses, por esta extrema-direita holandesa; se a delegação da AICEP ainda existe e se faz algum trabalho com outros países; se ainda existem casos de exploração laboral de

trabalhadores portugueses; e se os recursos humanos de que dispõe são suficientes e adequadas às necessidades.

Respondeu a Senhora **Embaixadora**, que a AICEP possui agora um único elemento. Considerou que os recursos humanos de que a Embaixada dispõe são suficientes, tendo mesmo existido um reforço nos últimos anos, ao ponto de conseguir suprir algumas necessidades sentidas em Londres e Bruxelas. Já não existe o tipo de exploração laboral referida, que estava associada à construção do TGV. Existem projetos de natureza cultural a ser pensados, com a vinda de artistas portugueses. O partido do Senhor Wilders não pensa nos portugueses, mas sim na comunidade islâmica, tendo lembrado a proposta, recente, do seu partido para limitação do ruído, para evitar o chamamento à oração nas mesquitas.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** que começou por dar as boas vindas à Senhora Embaixadora, também, em nome do seu grupo parlamentar. Após referir não ser já a Holanda o país tolerante de há 20 anos atrás, perguntou: se existe não país uma deriva anti magrebina; qual é o balanço do relacionamento comercial bilateral com Portugal; que instituições internacionais se encontram presentemente sediadas em Haia.

Relativamente às instituições sediadas em Haia, identificou a Senhora **Embaixadora**: o Tribunal Penal Internacional, o Tribunal Internacional de Justiça, a organização de controlo das armas químicas, a EUROPOL, a EUROJUST, e a agência Espacial Europeia, com assinalável participação portuguesa.

Contando já com a presidência da sessão a cargo do Senhor Deputado Sérgio Sousa Pinto, passou-se a uma 2.^a Ronda de intervenções, tendo-se registado a intervenção da Senhora **Deputada Isabel Santos (PS)** que questionou sobre se existia alguma ligação comprovada de cidadãos turcos residentes e o movimento *gullenista*.

Respondeu a Senhora **Embaixadora** que na Holanda existe uma rede de escolas ligadas às mesquitas (DIANET), geridas por um elemento da própria Embaixada turca, o qual, alegadamente, passava informações a Ancara sobre membros da comunidade turca simpatizantes dos *gullenistas*. A esmagadora maioria da comunidade é apoiante do Presidente Erdogan. O tema da adesão da Turquia à União Europeia não é falado.

Terminada esta Parte da sessão, procedeu o Senhor Presidente à apresentação de cumprimentos de despedida em nome da Comissão e do Parlamento, tendo agradecido a presença da Senhora Embaixadora. A sessão suspendeu-se por 5 minutos.

2.ª Parte.

No **Ponto 1.** da OD, foram prestadas as seguintes informações:

- Vem a Portugal a Comissária para o Comércio, a Sr.ª Cecília Malmstrom, para uma reunião conjunta, no dia 23 de março (5ª-feira), pelas 09.30 horas, com as Comissões de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, Assuntos Europeus, e Economia, Inovação e Obras Públicas.

Interveio a Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)** para manifestar concordância, a título excecional, à realização desta audição, atentas as suas envolventes. Porém, solicitou que, futuramente, se pudesse evitar o recurso às quintas-feiras de manhã, dado ser o dia de realização da reunião do seu Grupo Parlamentar.

Não se tendo registado qualquer outra intervenção, ficou assim fixada a data acima, para a audição em apreço.

- A audição do Senhor Secretário de Estado da Internacionalização, a requerimento do (CDS/PP), tem como data proposta pelo Governo o dia 15 de março (4ª-feira), pelas 10h00.

Interveio o Senhor **Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP)**, para se insurgir contra o tempo excessivo para realização da audição que decorreria da proposta em causa. Todavia, não havendo outra possibilidade, propôs que a audição pudesse iniciar-se pelas 10 horas e 30 minutos.

A sugestão foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes.

- Vai deslocar-se a Portugal uma delegação parlamentar indonésia, no final do mês de março, solicitando reunião conjunta com a CNECP, a 28 (3.ª feira).

Consultado o elenco da Comissão, ficou a reunião agendada para a data proposta, pelas 15 horas.

- Foi lembrado, para os devidos fins, aos Senhores Deputados Relatores, Paulo Pisco (PS) e Carlos Gonçalves (PSD), que uma delegação da associação “Também Somos Portugueses” vai ser recebida pelo Relator da Petição pendente na 1.ª Comissão (Deputado José Silvano), no próximo dia 23 de fevereiro (5.ª feira), pelas 14 horas, na sala 6.

No **Ponto 2.** da OD, foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, o Parecer motivado pelo pedido de assentimento apresentado pelo Senhor Presidente da República, em vista da sua deslocação à República da Croácia, entre 17 e 19 de maio do corrente ano.

No **Ponto 3.** da OD, ficou registado o pedido de adiamento da apresentação e discussão do Parecer alusivo a esta iniciativa, a cargo da senhora Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD).

No **Ponto 4.** da OD, para apresentação do Parecer acerca da PPR n.º 44/XIII/2.^a, e dada a impossibilidade de comparência do Deputado Relator, foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado José Cesário (PSD)** que começou por enquadrar o âmbito e o objeto do Acordo, visando a instalação de uma sede permanente da Organização de Estados Ibero-americanos em território nacional e a previsão do correspondente estatuto jus-administrativo aplicável ao respetivo pessoal, que sumariou. Concluiu, afirmando que a iniciativa reunia condições de ser votada em Plenário.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para lamentar a inexistência de opinião por parte do Relator que permitisse a avaliação do impacto do Acordo, o qual considerou de grande relevância para Portugal, tendo lembrado, ainda, existirem acordos de teor semelhante celebrados com países da CPLP.

Interveio o Senhor **Presidente** para questionar sobre a quem compete o financiamento desta Organização.

Explicou o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)** que, segundo julgava crer, tal financiamento caberia à própria Organização que contaria para tal com as quotizações anualmente prestadas pelos Estados que a integram. Lembrou tratar-se de um Acordo

negociado pelo atual e também pelo anterior Governos. Mais anunciou, pretender elaborar opinião à margem do Parecer que apresentará proximamente.

Esclareceu o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** que a Organização, criada em 1949, é de facto financiada pelos respetivos Estados-membros, recebendo dotações de outros Estados que entendam prestá-las.

Submetido à votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

No **Ponto 5.** da OD, foi apresentado o Parecer referente à PPR n.º 45/XIII/2.^a por parte do Senhor **Deputado José Cesário (PSD)**, igualmente por impossibilidade do Deputado Relator. Começou por aludir ao âmbito objetivo de aplicação deste Fundo Comum, integrado na ONU, e que tem por alvo matérias-primas de uso normal. Pelo presente instrumento veio proceder-se à revisão do Acordo tornado vigente em 1989, na sequência da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Comércio (UNCTAD) ocorrida de 1976 a 1980, relativamente à sua estrutura e instrumentos operacionais, de modo a permitir que as operações de financiamento passe a recorrer a empréstimos e não a donativos, como vinha acontecendo. Concluiu que a presente iniciativa reunia condições para ser votada em Plenário.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para perguntar o que se entende por produtos de base.

Respondeu o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)** tratar-se de matérias-primas de uso corrente e massivo, designadamente alimentos, cereais, de entre outras.

Submetido à votação, foi o Parecer aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

Relativamente ao **Ponto 6.** da OD, foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado António Ventura (PSD)** que começou por lamentar a notícia acabada de conhecer, sobre a morte de 70 pessoas que deram à costa da Líbia. Prosseguiu, aludindo ao âmbito e objeto do modelo de acordo em apreço, tendo analisado, ainda, a sua sistemática e identificando os temas que

Ihe estão associados. Entende que a presente medida constitui um passo importante para a defesa e controle das fronteiras externas da União, embora tenha deixado claro a necessidade de assegurar um acompanhamento constante e persistente acerca da aplicação destas medidas, atenta a natureza da matéria.

Interveio a Senhora **Deputada Isabel Santos (PS)** que cumprimentou o autor do Parecer pelo trabalho realizado, tendo manifestado partilhar as preocupações deste relativamente à matéria em causa. Manifestou o entendimento de que as adaptações a produzir deverem incidir sobre a questão dos fluxos de migrações, o que não é, nem de perto nem de longe coincidente com a questão da segurança de fronteiras. Realçou o facto de perdurar a inexistência de uma verdadeira política comum de migrações, tendo feito votos para que não venha a ficar de algum modo em causa a figura do direito de asilo.

Interveio a Senhora **Deputada Domicília Costa (BE)** para lembrar que medidas estritamente securitárias como a presente não protegem quem foge da guerra, da fome e da perseguição. Segundo opinou, os factos comprovam que quem pratica atentados em solo europeu são pessoas que aí já residentes há bastante tempo, aspeto que os diferentes governos devem analisar com cuidado.

Submetido à votação, o Parecer foi aprovado por maioria dos Deputados presentes, tendo-se registado a abstenção do BE.

Relativamente ao **Ponto 7.** da OD, foi concedida a palavra à Senhora **Deputada Isabel Pires (BE)** para, atenta a impossibilidade de presença do Deputado anteriormente designado, proceder à apresentação do seu Parecer acerca da iniciativa europeia em causa, tendo começado por aludir às suas motivações e contextualização das propostas nela veiculadas. Referiu que a mesma abarca grande parte das competências que normalmente estão cometidas aos estados, enquanto entes soberanos, e que somente a partir de abril iriam começar a ser apreciadas as cláusulas não-protecionistas ou como tal consideradas. Referiu o entendimento do BE de que não se está, no caso do CETA, perante um mero acordo de livre comércio, diferentemente, o acordo estende-se ao investimento, às regras de resolução de conflitos _ onde investidores e estados são colocados em paridade de posições _, solução esta que, entretanto, tem concedido algumas atualizações relativamente à sua formulação inicial, tendo realçado o facto de a Comissão Parlamentar com competências na área do trabalho ter emitido Parecer de teor negativo. Porém, inexistem quaisquer questões que, do ponto de vista da proporcionalidade ou da subsidiariedade possam obstativamente ser

apontadas. Pelo que concluiu, dever o presente Parecer ser remetido à 4.^a Comissão, para os fins devidos.

Interveio o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)** para saudar a Apresentante, bem como o Autor do Parecer. Seguidamente, vincou o facto de estarmos perante matérias determinantes no domínio da cooperação internacional _ segurança, política e desenvolvimento económico _, constituindo este Acordo um instrumento extremamente importante e com forte impacto nas relações com o Canadá que, relativamente aos interesses portugueses, não é um país qualquer. Realçou, contudo, existirem questões muito sensíveis por clarificar, nomeadamente no domínio dos processos judiciais e de resolução de conflitos emergentes da aplicação do Acordo, ao qual se tem juntado, segundo afirmou, um excessivo entusiasmo por parte do Ministro dos Negócios Estrangeiros. Refutou, porém, as reservas apontadas ao acordo por quem lhe aponta ser contrário aos interesses dos cidadãos e proteger os investidores, como se estes últimos nada tivessem a ver com a criação de emprego e a melhoria das condições de vida das populações, visão que apelidou de terceiro-mundista e com a qual o PSD não concorda. Concluiu, sublinhando não acompanhar a opinião expressa pelo Autor no seu Parecer.

Interveio a Senhora **Deputada Lara Martinho (PS)** para saudar Autor e apresentante. Referiu, sinteticamente, não acompanhar a opinião veiculada pelo Autor do Parecer, embora tenha reputado de muito importante dar seguimento ao debate acerca do conteúdo e implicações deste Acordo, dada a sua extensão e relevância.

Retomou a palavra a Senhora **Deputada Isabel Pires (BE)** para frisar o consenso existente acerca da extensão, complexidade e previsível impacto em abstrato deste Acordo, sem paralelo no passado, e cuja negociação e teor parecem por em causa o papel dos Estados e o direito de participação dos cidadãos. Depois, repudiou o epíteto de terceiro-mundista emprestado à posição que o BE defende acerca desta matéria, tendo sublinhado não poder como tal ser interpretada a proteção dos consumidores europeus perante a utilização de organismos geneticamente modificados, bem como de outras substâncias que continuam a ser utilizadas na alimentação canadiana, ou ainda a possibilidade de medidas de proteção na saúde mais restritivas poderem vir a ser judicialmente impugnadas pelos investidores, em detrimento dos cidadãos.

Submetido à votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, tendo-se registado a ausência do PCP..

Já no âmbito residual a que se refere o **Ponto 7. da OD**, pediu a palavra o Senhor **Deputado Carlos Páscoa (PSD)** para dar conta ter sido contactado pelo Encarregado de Negócios do Cazaquistão no sentido de promover uma reunião com alguns Deputados, tendo solicitado o apoio dos Serviços da Comissão para o dia seguinte, 22 de fevereiro, pelas 14 horas, na Sala 7.

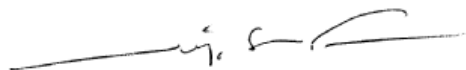
Nada mais havendo a tratar a sessão foi dada por encerrada pelas dezassete horas e cinco minutos.

A presente reunião possui registo áudio consultável em:

http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02_CNECP/CNECP_20170221_2.mp3

Palácio de S. Bento, 21 de fevereiro de 2017

O Presidente da Comissão



(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Domicília Costa
Filipe Lobo D' Ávila
Isabel Santos
Joana Lima
José Cesário
Lara Martinho
Nuno Magalhães
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Neves
Paulo Pisco
Ricardo Baptista Leite
Sérgio Sousa Pinto
António Ventura
Carla Cruz
Isabel Pires
Pedro Alves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
João Oliveira
Pedro Filipe Soares
Rui Silva
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões
Gabriela Canavilhas
Porfírio Silva

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 13/09/2017.